



Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sumário

PROJETOS PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO	02
1. PL 086/2014.....	02
2. PL 270/2014.....	04
3. PL 364/2014.....	05
4. PL 046/2015.....	07
5. PDL 73/2015	11
6. PR 012/2014	12
PROJETOS DE DELIBERAÇÃO DAS COMISSÕES.....	14
7. PL 303/2000.....	14
8. PL 589/2005.....	16
9. PL 496/2015.....	18
10. PL 577/2015.....	19
REQUERIMENTO	21
11. REQ. FIN 14/2016	21

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 86/2014	Ver. NATALINI (PV)	Votação			
ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MODELOS FLEX, ELÉTRICO OU HÍBRIDO PARA MOTOCICLETAS DA FROTA PRÓPRIA OU ARRENDADA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	-
Relator: Ver. EDIR SALES (PSD)	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	-

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

ASSUNTO: Estabelece que as motocicletas da frota própria ou arrendada da administração direta e indireta deverão ser de modelos flex, híbrido (combustível e elétrica) ou elétrica.

O projeto dispõe que os modelos flex deverão ser abastecidos **exclusivamente** com etanol.

Deverá se estabelecer rotina de monitoramento das notas fiscais de venda de combustível para assegurar o cumprimento do aqui disposto.

As motocicletas tipo flex receberão adesivos em local próximo à tampa do tanque de combustível com a inscrição "Uso exclusivo de etanol para combater o aquecimento global";

As motocicletas flex excepcionalmente poderão ser abastecidas com gasolina em caso de desabastecimento de etanol.

Conforme o art. 2º, o Executivo Municipal fará ampla divulgação desta iniciativa para fomentar sua disseminação em empresas privadas e em autarquias, órgãos e empresas públicas da União e estado, sediados no município de São Paulo e publicará anualmente em, seu portal na Internet o consumo total de etanol e de eletricidade e também por quilômetro rodado, informando ainda a redução correspondente de emissões de gás carbônico, em relação ao consumo alternativo de gasolina.

O art. 3º dispõe que a implantação será gradativa, levando em conta a vida útil da frota atual.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 35-40) pela legalidade, "na forma do seguinte Substitutivo proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, sem prejuízo da análise acerca de sua viabilidade técnica pelas D. Comissões de Mérito desta Casa e eventuais adequações de mérito e técnicas que se apresentem necessárias, sobretudo acerca da viabilidade da disponibilização da informação atinente à redução correspondente de emissões de gás carbônico em relação ao consumo alternativo de gasolina."

Com o substitutivo, as motocicletas de modelo flex deverão ser abastecidas **prioritariamente** com etanol, podendo ser abastecidas com gasolina em caso de desabastecimento de etanol.

Inclui o Art. 3º "As licitações e os contratos administrativos relacionados à aquisição, à locação ou ao arrendamento mercantil/leasing de motocicletas usadas na prestação de serviços públicos pela administração direta e indireta deverão observar o disposto nesta lei."

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Realizou audiência pública, em 27/08/14 (fl. 45), e em 10/09/14 (fl. 49), não houve inscritos. Parecer Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fl. 50)

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Administração Pública: (fl. 51) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Se a frota de motocicletas, atualmente em uso, não for de modelos flex, elétrico ou híbrido, haverá despesas para sua substituição, bem como, novas rotinas que deverão ser implantadas para monitorar o tipo de combustível, o consumo e a divulgação das informações listadas no art. 2º.

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, a serem solicitadas ao Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com pessoal, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 86/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, visa estabelecer que as motocicletas da frota própria ou arrendada da administração direta e indireta sejam de modelos flex, híbrido (combustível e elétrica) ou elétrica.

O projeto dispõe que os modelos flex deverão ser abastecidos exclusivamente com etanol.

Deverá se estabelecer rotina de monitoramento das notas fiscais de venda de combustível para assegurar o cumprimento do aqui disposto.

As motocicletas tipo flex receberão adesivos em local próximo à tampa do tanque de combustível com a inscrição “Uso exclusivo de etanol para combater o aquecimento global”.

As motocicletas flex excepcionalmente poderão ser abastecidas com gasolina em caso de desabastecimento de etanol.

Conforme o art. 2º, o Executivo Municipal fará ampla divulgação desta iniciativa para fomentar sua disseminação em empresas privadas e em autarquias, órgãos e empresas públicas da União e Estado, sediados no Município de São Paulo e publicará anualmente em, seu portal na Internet o consumo total de etanol e de eletricidade e também por quilômetro, rodado, informando, ainda a redução correspondente de emissões de gás carbônico, em relação ao consumo alternativo de gasolina.

O art. 3º dispõe que a implantação será gradativa, levando em conta a vida útil da frota atual.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, sem prejuízo da análise acerca de sua viabilidade técnica pelas D. Comissões de Mérito desta Casa e eventuais adequações de mérito e técnicas que se apresentem necessárias, sobretudo acerca da viabilidade da disponibilização da informação atinente à redução correspondente de emissões de gás carbônico em relação ao consumo alternativo de gasolina.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

2) PL 270/2014		Ver. MARCOS BELIZÁRIO (PV)	Votação		
cria o serviço de Ônibus Executivo no Sistema de Transporte Urbano Coletivo, e dá outras providências.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORAVEL		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 24/02/16 a pedido do Ver. Aurélio Nomura. Adiado por 2 (duas) sessões em 09/03/16 a pedido do Ver. Abou Anni. Adiado por 2 (duas) sessões em 23/03/16 a pedido do Ver. Jair Tatto.

ASSUNTO: cria o serviço de Ônibus Executivo no Sistema de Transporte Urbano Coletivo.

Esse serviço possuiria as seguintes características:

I - operação com Micro-ônibus, dotados de uma única porta, usada como entrada e saída concomitantemente;

II – os passageiros viajarão sentados, não sendo permitidos passageiros em pé durante a viagem;

III - os veículos deverão ser dotados de assento reclinável e ar-condicionado;

IV - tarifa superior, a ser estabelecida pelo Poder Público;

V - forma de remuneração do Operador calculada por assento disponibilizado.

Pelo art. 3º da propositura, o Poder Público poderá determinar limite de veículos para operarem nesse serviço de acordo com o percentual do total de veículos em operação na mesma linha, nos termos da alínea “a”, inciso II, do art. 2º da Lei 13.241, de 12 de dezembro de 2001.

O art. 4º estabelece que o serviço de Ônibus Executivo poderá funcionar em horários limitados, estabelecidos em regulamentação.

Alínea “a”, inciso II, do art. 2º da Lei 13.241, de 12 de dezembro de 2001:

Art. 2º - O Transporte Coletivo de Passageiros no Município de São Paulo fica organizado da seguinte forma, respeitados o Plano Diretor da Cidade e a Lei Orgânica do Município:

I - Sistema Integrado composto por:

a) Subsistema Estrutural: conjunto de linhas de Transporte Coletivo Público de Passageiros que atendem a demandas elevadas e integram as diversas regiões da cidade;

b) Subsistema Local: conjunto de linhas de Transporte Coletivo Público de Passageiros que atendem a demandas internas de uma mesma região e alimentam o Subsistema Estrutural.

II - Serviços Complementares: serviços de Transporte Público de caráter especial, com tarifa diferenciada, que serão prestados por operadores ou terceiros, de acordo com as disposições regulamentares editadas pela Secretaria Municipal de Transportes:

a) no caso dos serviços complementares serem oferecidos aos mesmos usuários do Sistema Integrado, esta oferta será limitada a um percentual definido por decreto editado pelo Poder Público;

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 101/102).
Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 103).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado de fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Poderia haver também repercussão quanto a eventual subsídio à tarifa.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 270/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Marcos Belizário, visa criar o serviço de Ônibus Executivo no Sistema de Transporte Urbano Coletivo.

Esse serviço possuiria as seguintes características:

I - operação com Micro-ônibus, dotados de uma única porta, usada como entrada e saída concomitantemente;

II – os passageiros viajarão sentados, não sendo permitidos passageiros em pé durante a viagem;

III - os veículos deverão ser dotados de assento reclinável e ar-condicionado;

IV - tarifa superior, a ser estabelecida pelo Poder Público;

V - forma de remuneração do Operador calculada por assento disponibilizado.

Pelo art. 3º da propositura, o Poder Público poderá determinar limite de veículos para operarem nesse serviço de acordo com o percentual do total de veículos em operação na mesma linha, nos termos da letra “a”, inc. II do art. 2º da Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001.

O art. 4º estabelece que o serviço de Ônibus Executivo poderá funcionar em horários limitados, conforme regulamentação.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 364/2014		Ver. CORONEL CAMILO (PSD)			Votação			
DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DOS TEMAS ÉTICA E CIDADANIA NAS ATIVIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB) Parecer: FAVORAVEL					Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
					Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
					Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
					Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
					Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
					Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
					Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
					Ver. OTA (PSB)	-	-	-
					Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Dispõe sobre a inclusão dos temas Ética e Cidadania nas atividades escolares da rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

O Art. 1º estabelece que sejam incluídos, nas atividades das unidades educacionais de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio e de educação profissional, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal, temas relativos à Ética e Cidadania.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade.

Comissão de Administração Pública: realizou audiência pública, em 27/05/15 (fls. 44-45): Sr. Luís Fernando Franco, representando a Secretaria Municipal de Educação: "Entendemos que os temas sobre ética e cidadania permeiam a nossa convivência cidadã como um todo no território nacional. Nesse sentido, a Secretaria faz esforços no sentido de possibilitar que seus programas e o último, que trata da orientação curricular e da reorganização administrativa, foquem a cidadania e a ética no sentido de possibilitar ambientes mais qualificadores da vida pública no Brasil."

Parecer Favorável (fl. 46).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Realizou audiência pública, em 18/11/15 (fl. 48). Sem oradores inscritos.

Parecer Favorável (fl. 49).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 364/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Camilo, visa dispor sobre a inclusão dos temas Ética e Cidadania nas atividades escolares da rede Municipal de Ensino.

O art. 1º estabelece que sejam incluídos, nas atividades das unidades educacionais de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio e de educação profissional, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal, temas relativos à Ética e Cidadania.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

4) PL 46/2015		Ver. GEORGE HATO (PMDB)	Votação			
				Favor	Contra	Abst.
ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA LEI Nº 14.492, DE 31 DE JULHO DE 2.007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. A OBRIGATORIEDADE DE INCLUSÃO DE FAIXAS E SEMÁFORO DE SEGURANÇA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES DENTRO DE UM RAIO DE 100M DE DISTÂNCIA DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICOS E PRIVADOS).			Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
			Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
			Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
			Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
			Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
			Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
			Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
			Ver. OTA (PSB)	-	-	-
			Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)						
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA						

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a redação do art. 3º da Lei nº 14.492, de 31 de julho de 2.007, que estabelece a área escolar de segurança como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal. A alteração proposta determina que a Prefeitura Municipal de São Paulo inclua faixa e semáforo para travessia de pedestres nas vias urbanas dentro de um raio de 100m (cem metros) em torno dos estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 21-23).

Comissão de Administração Pública: Realizou audiência pública, em 10/06/2015, mas não houve inscrtos.(menção do PL a fls. 25).

Parecer Favorável, com substitutivo “visando adequá-lo à melhor técnica de produção legislativa,...” (fls. 29-30); a alteração do substitutivo está detalhada no comparativo abaixo.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública. (fls. 31).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Comparativo do art. 3º da Lei 14.492/07:

LEI Nº 14.492, DE 31 DE JULHO DE 2007	PROJETO DE LEI 01-00046/2015 do Vereador George Hato (PMDB)	SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO PROJETO DE LEI Nº 46/15
(Projeto de Lei nº 410/07, do Vereador Eliseu Gabriel - PSB)	Altera a redação do art.3º da Lei nº 14.492, de 31 de julho de 2.007, e dá outras providências.	Altera a redação do art.3º da Lei nº 14.492, de 31 de julho de 2.007, e dá outras providências.
Estabelece a área escolar de segurança como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal.	A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:	A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de junho de 2007, decretou e eu promulgo a seguinte lei:		
Art. 1º A área escolar de segurança é aquela de prioridade especial do Poder Público Municipal, que objetiva garantir, através de ações sistemáticas e prenunciadas em lei, a realização dos objetivos das instituições educacionais, cuja finalidade é proporcionar a tranqüilidade de alunos, professores e pais.		
Art. 2º A área de que trata a presente lei corresponderá a círculos de raio correspondente a 100 (cem) metros, com centro nos portões de entrada e saída das escolas e deverá ser indicado por placas a serem afixadas nas proximidades.		
	Art. 1º O art. 3º da Lei nº 14.492 de 31 de julho de 2.007 passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 1º Fica acrescido, ao art. 3º da Lei nº 14.492 de 31 de julho de 2.007, o inciso VI, com a seguinte redação:
Art. 3º A Prefeitura Municipal de São Paulo, na área descrita no art. 2º, deverá:	Art. 3º A Prefeitura Municipal de São Paulo, na área descrita no art. 2º deverá incluir faixa e semáforo para travessia de pedestres nas vias urbanas dentro de um raio de 100m (cem metros) em torno dos estabelecimentos de ensino públicos e privados, bem como:"	Art. 3º (...)
I - intensificar os serviços de fiscalização do comércio existente, em especial o de ambulantes, coibindo a comercialização de produtos ilícitos;		(...)

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

II - viabilizar, dentro da previsão orçamentária corrente ou com o apoio da comunidade, ou ainda da iniciativa privada, a adequação dos espaços circunvizinhos, de modo a não causar insegurança nas escolas e sua clientela, devendo, para isso, providenciar, quando possível:		
a) iluminação pública adequada nos acessos à instituição;		
b) pavimentação de ruas e manutenção de calçadas para que fiquem em perfeitas condições de uso;		
c) poda de árvores e limpeza de terrenos;		
d) o controle e eliminação de terrenos baldios e construções/prédios abandonados nas circunvizinhanças;		
e) retirada de entulhos;		
f) manutenção permanente de faixas de travessia de pedestres, semáforos e redutores de velocidade;		
III - coibir, nos termos da lei, a distribuição ou exposição de escritos, desenhos, pinturas, estampas ou qualquer objeto que demonstre algo obsceno ou pornográfico;		
IV - reprimir a realização de jogos de azar e jogos eletrônicos movidos a valores pecuniários, proibidos por lei, de modo a dificultar seu surgimento e proliferação;		
V - controlar, através de fiscalização intensiva do comércio em geral, o acesso de crianças e adolescentes a:		

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

a) quaisquer produtos farmacêuticos que possam causar dependência química;		
b) gasolina ou qualquer substância inflamável ou explosiva;		
c) fogos de artifício;		
d) bebidas alcoólicas.		
		VI - instalar faixa de pedestre com semáforo, para travessia da pista de rolamento. (NR)

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, que sugerimos solicitar ao Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Conforme o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, há necessidade de realização de, pelo menos, duas audiências públicas “em atenção ao disposto no art. 41, XI, da Lei Orgânica do Município” (projetos de lei que versem sobre atenção relativa à Criança, ao Adolescente e ao Jovem).

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia
 Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 46/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador George Hato, visa alterar a redação do art. 3º da Lei nº 14.492, de 31 de julho de 2.007, que estabelece a área escolar de segurança como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal.

A alteração proposta determina que a Prefeitura Municipal de São Paulo inclua faixa e semáforo para travessia de pedestres nas vias urbanas dentro de um raio de 100m (cem metros) em torno dos estabelecimentos de ensino públicos e privados.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou parecer favorável, com substitutivo “visando adequá-lo à melhor técnica de produção legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

5) PDL 73/2015		Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE SALVA DE PRATA A ESCOLA SANTA MARINA, E FIXA PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO				Favor	Contra	Abst.
			Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
			Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
			Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
			Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
			Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
			Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
			Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
			Ver. OTA (PSB)	-	-	-
			Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: concede a honraria Salva de Prata à Escola Santa Marina, pelo extraordinário trabalho que desenvolvem desde 08 de setembro do ano de 1.969 no município de São Paulo, determinando que a entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene para esse fim convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl.18)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 19)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 73/2015

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa conceder a honraria Salva de Prata à Escola Santa Marina, pelo extraordinário trabalho que desenvolvem desde 08 de setembro do ano de 1.969 no município de São Paulo, determinando que a entrega da referida homenagem seja efetuada em Sessão Solene para esse fim convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Entretanto, a fim de sanar equívoco no texto original, retirando o termo “Título” do Artigo 1º, sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº73/2015

Dispõe sobre a outorga de Salva de Prata à ESCOLA SANTA MARINA, e fixa providências.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a honraria Salva de Prata à Escola Santa Marina, pelo extraordinário trabalho que desenvolvem desde 08 de setembro do ano de 1.969 no Município de São Paulo.

Art. 2º - A entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene para esse fim convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste decreto legislativo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PR 12/2014		Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)	Votação			
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO FREI TITO DE DIREITOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
			Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
			Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
			Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
			Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
			Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
			Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
			Ver. OTA (PSB)	-	-	-
			Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a instituição do Prêmio Frei Tito de Direitos Humanos, que será entregue, anualmente, preferencialmente no dia 10 de dezembro, em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Edilidade.

De acordo com a propositura, o Prêmio será destinado aos agentes públicos da Administração Pública Municipal direta e indireta, bem como aqueles que realizam atividades em entidades conveniadas com o Poder Executivo Municipal, que tenham se destacado por sua atuação profissional com ações inovadoras que contribuam para a efetivação de direitos da população.

Segundo o art. 4º, será entregue ao premiado diploma de homenagem e prêmio em pecúnia como sinal de reconhecimento do Legislativo Paulistano ao trabalho realizado e sua continuidade, além da ampla divulgação do homenageado/a pelos meios disponíveis. O valor do prêmio, de acordo com o parágrafo único do art. 4º, será estipulado pela Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, que não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor da remuneração do Prefeito, contando com dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente, devendo as provisões futuras destinar recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram feitos quesitos à Mesa (fl. 27) para saber se a criação desta despesa encontra respaldo orçamentário. Resposta à fl 29: "As despesas estarão respaldadas pela dotação: 9.10.01.031.2710.2100.33.90.31.00.00 – Premiações culturais, artísticas, científicas e outras" com saldo no orçamento de 2014, na data de 23/10/2014, de R\$

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

80.379,35..

Parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “o qual visa adaptar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95/98” (fls. 31-33).

Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 34).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 35).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

De acordo com SGA-2 (fl. 29), as despesas estarão respaldadas pela dotação 9.10.01.031.2710.2100.33.90.31.00.00 – Premiações culturais, artísticas, científicas e outras”, com saldo no orçamento de 2014, na data de 23/10/2014, de R\$ 80.379,35.

Para o presente exercício (2016), existe a dotação 9.10.01.031.2710.2100.33.90.31.00.00, com valor orçado de R\$167.000,00.

Sugerimos quesitos à Mesa para atualizar a informação em relação ao respaldo orçamentário para a criação deste prêmio.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves- Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2014

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa instituir o Prêmio Frei Tito de Direitos Humanos, que será entregue, anualmente, preferencialmente no dia 10 de dezembro, em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Edilidade.

De acordo com a propositura, o Prêmio será destinado aos agentes públicos da Administração Pública Municipal direta e indireta, bem como aqueles que realizam atividades em entidades conveniadas com o Poder Executivo Municipal, que tenham se destacado por sua atuação profissional com ações inovadoras que contribuam para a efetivação de direitos da população.

Segundo o art. 4º, será entregue ao premiado diploma de homenagem e prêmio em pecúnia como sinal de reconhecimento do Legislativo Paulistano ao trabalho realizado e sua continuidade, além da ampla divulgação do homenageado/a pelos meios disponíveis. O valor do prêmio, de acordo com o parágrafo único do art. 4º, será estipulado pela Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, que não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor da remuneração do Prefeito, contando com dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente, devendo as provisões futuras destinar recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “o qual visa adaptar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95/98”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos de Deliberação das Comissões

7) PL 303/2000		Ver. CALVO (PMDB)		Votação			
ESTABELECE A FORMA DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
				Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
				Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
				Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
				Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
				Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
				Ver. OTA (PSB)	-	-	-
				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PSB)							
Parecer: FAVORAVEL							
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/02/2016 a pedido do Ver. Aurélio Nomura. Adiado por 2 (duas) sessões em 24/02/2016 a pedido do Ver. J. Police Neto. Adiado por 2 (duas) sessões em 09/03/16 a pedido do Ver. Abou Anni. Adiado por 2 (duas) sessões em 23/03/16 a pedido do Verª. Edir Sales.							
ASSUNTO: estabelece a forma de coleta e destinação final de lixo no âmbito do Município de São Paulo. De acordo com o artigo 1º, fica assegurada a coleta e destinação final, de forma seletiva, do lixo industrial, comercial e residencial recolhidos no âmbito do Município, em conformidade com o disposto na Lei nº10.954/91.							
Segundo a justificativa, os benefícios da coleta seletiva para a comunidade e o meio ambiente são indiscutíveis. Além da visível contribuição, no que se refere à diminuição no volume de lixo a ser disposto nos lixões ou queimados em incineradores passíveis de emissão de poluentes no meio, é prática economicamente benéfica, vez que reaproveita energia e matérias-primas, anteriormente, processadas.							
Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: <u>pela legalidade</u> (fls. 9-10).							
Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas (fls. 12-47) com menção ao projeto às fls. 18 e 28 (não houve oradores inscritos).							
A Comissão exarou <u>parecer contrário</u> , argumentando que “considera que realizar a coleta seletiva em conformidade com as diretrizes da Lei nº 10.954/91 significa um retrocesso, vez que estas são bastante mais restritas do que a seleção prevista na Resolução CONAMA nº275/01 e na legislação municipal vigente. Ademais, reconhece que, ao se restringir à coleta e destinação final de algumas categorias de resíduos, a proposta exclui seu transporte e tratamento (que também integram os serviços divisíveis do Sistema de Limpeza Urbana do Município – Lei n º13.478/02), além de excluir categorias que podem conter material passível de reciclagem” (fl.48)							
Comissão de Administração Pública: <u>favorável</u> (fl. 149).							
Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: <u>favorável</u> (fl. 150).							
Comissão de Finanças e Orçamento: foram realizados quesitos ao Executivo (fl. 151) com resposta às folhas 153-165:							
<ul style="list-style-type: none">“Atualmente, a coleta seletiva está presente em 84 dos 96 distritos da cidade, sendo realizada pelas concessionárias porta a porta, por Cooperativas Conveniadas (ocorrendo com Frequências Alternadas Semanais) e nos Pontos de Entrega Voluntárias (P.E.Vs. – Contêineres e Cycleas), totalizando em média 6.000 Toneladas Mês” (fl. 155 – AMLURB).							

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- “Considerando o contexto em que foi elaborado o PL em questão, o qual ainda não vigia a Lei que instituiu e organizou o Sistema Municipal de Limpeza Urbana, Lei Municipal nº 13.478/2002, que foi sancionada dois (02) anos depois, esta promove abordagem mais ampla e abarca a complexidade de que necessita a matéria, pois regula todo o Sistema de Coleta, Transporte, e Destinação Final dos Resíduos Sólidos, tanto dos serviços divisíveis quanto indivisíveis” (fl. 157 – AMLURB).
- “Conclui-se pelos fatos apresentados e considerados que o PL nº 303/2000, quando da sua propositura tinha como objetivo disciplinar matéria relevante e que há época ainda carecia de maiores subsídios, no atual contexto isto fora superado em todos os aspectos apresentados e abordados no PL, assim demonstra-se que a legislação vigente é mais eficaz naquilo que a proposta objetivava disciplinar não sendo esta viável, pertinente ou adequada” (fl. 159 – AMLURB).
- “Neste contexto e conforme expediente em anexo, opinamos pelo veto total do Projeto de Lei nº 303/2000 em análise, por inadequação e impertinência” (fl. 161 – AMLURB).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, conforme exposto pelo Executivo, o projeto em tela “quando da sua propositura tinha como objetivo disciplinar matéria relevante e que há época ainda carecia de maiores subsídios, no atual contexto isto fora superado em todos os aspectos apresentados e abordados no PL, assim demonstra-se que a legislação vigente é mais eficaz naquilo que a proposta objetivava disciplinar não sendo esta viável, pertinente ou adequada” (fl. 159 – AMLURB) - não devendo gerar gastos adicionais ao Erário.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 303/2000

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa estabelecer a forma de coleta e destinação final de lixo no âmbito do Município de São Paulo. De acordo com o artigo 1º, fica assegurada a coleta e destinação final, de forma seletiva do lixo industrial, comercial e residencial recolhidos no âmbito do Município.

Segundo a justificativa, os benefícios da coleta seletiva para a comunidade e o meio ambiente são indiscutíveis. Além da visível contribuição, no que se refere à diminuição no volume de lixo a ser disposto nos lixões ou queimados em incineradores passíveis de emissão de poluentes no meio, é prática economicamente benéfica, vez que reaproveita energia e matérias-primas, anteriormente, processadas.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

8) PL 589/2005		Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação		
DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TARIFAS NOS TRANSPORTES COLETIVOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a isenção de tarifas nos transportes coletivos do Município de São Paulo aos acompanhantes de pessoas surdas, na sua função de cuidador, quando estas forem à escola, clínica ou atividades recreativas. A propositura define como cuidador todo acompanhante de pessoas surdas, seja parente ou não, que for cadastrado junto ao órgão designado pelo Poder Executivo. O mesmo terá gratuidade quando: levar o deficiente auditivo para o local aprazado; no retorno ao seu local de origem, sem a presença do deficiente auditivo; e quando for buscar o mesmo, desde que seja apresentado documento de isenção expedido pelo Poder Executivo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl.04).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer contrário. ("Quanto ao mérito econômico, a matéria proposta causará despesa ao poder público, pois a gratuidade da passagem causará prejuízo no caixa do sistema de transporte, sem que haja algum retorno de benefício social e humanitário, porque a deficiência auditiva produz pequena limitação que não impede o uso do transporte coletivo pelo deficiente sem acompanhante.") (fl.05) Há voto vencido favorável. (fl.06)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fl. 07).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: parecer contrário. ("a isenção pretendida não corresponde às políticas promotoras de emancipação das pessoas com deficiência a fim de que tenham independência suficiente para estudarem, trabalharem, se locomoverem, enfim viverem de forma plena. Outrossim, a locomoção com acompanhantes não é imprescindível para os deficientes auditivos.") (fl.08)

Comissão de Finanças e Orçamento: Foram solicitadas informações ao Executivo, fl. 9, com resposta a fls. 12/14.

SPTTrans, em 08.07.2008: "... considerando que a proposta contida no Projeto de Lei em apreço está contemplada na Portaria em vigor [Portaria Intersecretarial 003/06 SMT/SMS], que abrange não somente a categoria de deficientes auditivos, mas todos os demais deficientes, e considerando que a modificação do artigo 17 da atual Portaria Intersecretarial n ° 003/06 – SMT/SMT visa, principalmente, solucionar a situação reclamada por mães que são prejudicadas quando do retorno ao lar, após deixar o deficiente na escola, e na volta à escola para buscá-lo, não há nenhuma razão para que esta particularidade da disposição da referida portaria seja objeto de Lei Municipal" (fls. 13).

Secretaria Municipal de Transportes: "... o projeto de lei em comento, que deverá ... ser vetado na sua integralidade." (fl. 14)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Projeto originalmente designado ao Ver. Milton Leite, em 29/04/15

Em avaliação preliminar, a portaria citada pelo Executivo [PI 003/06 SMT/SMS] foi revogada pela **PORTARIA INTERSECRETARIAL N.º 001/11-SMT/SMS** (publicada no D.O.C. de 02/12/2011), que trata da “concessão de isenção do pagamento de tarifas de transporte público coletivo municipal às pessoas com deficiência causada por lesão permanente ou temporária que comprometa significativamente sua mobilidade, que necessitem se locomover no município e/ou Região Metropolitana de São Paulo”.

Os arts. 14 e 15 da portaria em vigor versam sobre as condições de gratuidade para acompanhantes de pessoas com deficiência, portanto condição já existente, embora mais limitada (uma vez que a gratuidade para acompanhantes sem a presença do titular é limitada aos pais ou responsável legal, dos usuários matriculados e com frequência regular em Unidades de Ensino localizadas no Município de São Paulo, em horários previamente estabelecidos, de acordo com o respectivo período de frequência escolar).

Restam desamparados pela portaria os acompanhantes de titulares que não estão matriculados e que não estão em período letivo, e que nesse caso acarretaria aumento de despesas para o sistema de transporte público, a saber:

“Art. 14 – Conforme definido no Anexo I desta Portaria Intersecretarial, a concessão da gratuidade poderá ser estendida a um acompanhante, devendo o beneficiário cadastrar junto a SÃO PAULO TRANSPORTE S/A – SPTrans, até 04 (quatro) nomes, mediante a apresentação de cópia do documento de identificação.

§ 1º. O nome completo e número de documento de identificação dos acompanhantes a que se refere o Caput desse artigo serão inscritos no verso do “Bilhete Único Especial – Pessoa com Deficiência”, emitido em nome de seu titular, sendo que em cada viagem poderá estar acompanhado de apenas 01 (uma) das pessoas relacionadas.

§ 2º. Nas situações em que o titular do “Bilhete Único Especial – Pessoa com Deficiência” estiver desacompanhado de qualquer uma das pessoas identificadas como seu acompanhante, os agentes autorizados para verificação da utilização do benefício deverão emitir relatório informativo à SÃO PAULO TRANSPORTE S/A – SPTrans com o número do referido bilhete para que seja analisado o padrão de utilização pelo usuário.

§ 3º. Além das hipóteses previstas no Anexo I desta Portaria Intersecretarial, fica também assegurado acompanhante ao beneficiário que seja criança, assim entendida como a pessoa com idade até 12 (doze) anos completos. Ultrapassada a idade limite, o beneficiário deverá requerer a troca do “Bilhete Único Especial – Pessoa com Deficiência” por outro de igual validade, porém sem extensão do benefício de gratuidade ao acompanhante.

Art. 15 - O acompanhante somente poderá utilizar o “Bilhete Único Especial – Pessoa com Deficiência” na presença do titular.”

§ 1º. Os pais ou responsável legal, devidamente identificados, dos usuários matriculados e com frequência regular em Unidades de Ensino localizadas no Município de São Paulo e cadastradas junto à SPTrans, poderão utilizar-se do “Bilhete Único Especial – Pessoa com Deficiência” sem a presença do titular, em horários previamente estabelecidos, de acordo com o respectivo período de frequência escolar, nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Para que os pais ou o responsável legal tenham direito ao “Bilhete Único Especial – Pessoa com Deficiência” de uso sem a presença do titular, deverão ser apresentados os seguintes documentos no Posto de Atendimento central da SÃO PAULO TRANSPORTE S/A – SPTrans: I - Identificação da Unidade de Ensino; II - Declaração da Unidade de Ensino, constando: código da SÃO PAULO TRANSPORTE S/A – SPTrans, dados do aluno, respectivo horário de aula e duração do curso; III - Declaração de frequência escolar expedida pela unidade de ensino, a ser apresentada quando da solicitação inicial do benefício e a cada 180 (cento e oitenta) dias; IV - Documento de identificação (conforme disposto no §2º do artigo 3º desta Portaria Intersecretarial) e comprovante de endereço, original e cópia, do acompanhante.

§ 3º. O interessado poderá abrir mão do direito ao acompanhante, para tanto registrará sua opção em Termo de Responsabilidade, devendo juntar documento de anuência emitido pelo seu médico.”

Assim, o projeto poderia gerar despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia
 Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
589/2005

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa conceder isenção de tarifas nos transportes coletivos do Município de São Paulo aos acompanhantes de pessoas surdas, na sua função de cuidador, quando estes forem à escola, clínica ou atividades recreativas. A propositura define como cuidador todo acompanhante de pessoas surdas, seja parente ou não, que for cadastrado junto ao órgão designado pelo poder Executivo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

9) PL 496/2015		Ver. RODOLFO DESPACHANTE (PHS)				Votação			
							Favor	Contra	Abst.
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DO MUNICÍPIO O EVENTO CARNAVAL DE RUA DO PARQUE BRISTOL E REGIÃO, A SER COMEMORADO ANUALMENTE, NO DOMINGO SUBSEQUENTE AO CARNAVAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS						Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
						Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
						Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
						Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
						Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
						Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
						Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
						Ver. OTA (PSB)	-	-	-
						Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. EDIR SALES (PSD)									
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA									

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no calendário do Município o Evento Carnaval de Rua do Parque Bristol e Região, a ser comemorado anualmente, no domingo subsequente ao carnaval.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

consolidação das leis" (fls. 16-17).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 18).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 496/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rodolfo Despachante, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no calendário do Município o Evento Carnaval de Rua do Parque Bristol e Região, a ser comemorado anualmente, no domingo subsequente ao carnaval.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 577/2015 Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO CCXLIII, ARTIGO 7º, DA LEI N. 14.485, DE 19.07.07, PARA INSTITUIR A "SEMANA MUNICIPAL DO ALEITAMENTO MATERNO", QUE SERÁ COMEMORADA ANUALMENTE, DE 1º A 7 DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para instituir a "Semana Municipal do Aleitamento Materno", que será comemorada anualmente, de 1º a 7 de agosto.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls.8/9).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.10).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 577/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, visa alterar a redação da Lei nº 14.485, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para instituir a “Semana Municipal do Aleitamento Materno”, que será comemorada anualmente, de 1º a 7 de agosto.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 06/04/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Requerimento

11) REQ. FIN 14/2016	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
Data do Requerimento: 05/04/2016	
<p>Considerando a importância dos corpos d'água em Parques Municipais e suas respectivas funções para abrigo e refúgio de avifauna na cidade de São Paulo; Considerando os Parques dotados de corpos d'água – brejos, lagos e banhados: Ibirapuera, Carmo, Jacques Cousteau, Piqueri, Cidade de Toronto, Alfredo Volpi, Burle Marx, Luz, Aclimação, Anhanguera, Chico Mendes, dentre outros; Considerando o Plano de Requalificação de Parques Municipais; Considerando a Proposta da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras apresentado por PROJ-GAB com objetivo de uso dos respectivos lagos para fins Drenagem Urbana em Parques Municipais;</p> <p>REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, À DOUTA COMISSÃO que seja convocada audiência pública para tratar do Projeto apresentado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras- SIURB à Secretaria Municipal do Verde Meio Ambiente – SVMA – intitulado por PROJ-G como “Amortecimento de Cheias em Lagos de Parques Municipais”. Requeiro, outrossim, que sejam convidados para a referida audiência a Secretaria de Infraestrutura Urbana – PROJ G, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA, CADES PIRITUBA, CADES BUTANTÃ, Movimento de Parque Toronto Eu Te Quero Vivo, e os respectivos representantes dos Conselhos Gestores dos Parques Cidade de Toronto, Alfredo Volpi, e Burle Marx, e Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE. Sala das Comissões, 05 Abril de 2016. Aurélio Nomura - Vereador - PSDB.</p>	
	Votação